



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RUA DONA CARLINDA, 455 – CEP 95680.000

EDITAL DE CARTA CONVITE

Número: 01/2018

Data de Abertura de Licitação: 23/08/18

Data de recebimento e análise das 23/08/18
propostas:

Horário: 14:00 horas

O Prefeito Municipal de Canela, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº8.666/93 e suas alterações, e Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006, torna publico, para conhecimento dos interessados, que a súmula deste Edital estará afixado no átrio da Prefeitura Municipal de Canela, licitação com objetivo de:

OBJETO - Tem por objeto o presente Edital de Carta Convite, conforme descrito abaixo:

Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultorias mensais, com apoio técnico-jurídico em demandas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Mobilidade Urbana, contemplando as seguintes atividades:

- Assessoria e apoio na organização jurídico-ambiental para as demandas associadas a legislação ambiental;
- Assessoria técnica para atendimento do Ministério Público Estadual, Federal, BPA/PATRAM, FEPAM e IBAMA;
- Assessoria técnica para atendimento de demandas com órgãos ambientais e MPE;
- Assessoria e acompanhamento na análise e celebração de TAC's e TCA's com o Ministério Público e órgão de controle, estabelecendo as medidas de controle e atendimento das demandas locais;
- Elaboração de pareceres jurídico-ambientais e laudos técnicos periciais ambientais com emissão de ART;
- Assessoria jurídica ambiental preventiva e corretiva para as demandas locais;
- Análise de conformidades legais e ambientais e implementação de práticas preventivas na administração municipal;
- Assessoria para revisão e atualização do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, com elaboração de edital para nova licitação pública;
- Consultoria ambiental na área de saneamento e drenagem urbana, nos termos da Lei Federal nº11.445/2007;
- Assessoria Técnica e consultivo ambiental em demandas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Modalidade Urbana.

Com base na Lei Complementar nº123/2006, Lei Complementar nº147/2014 e Lei Municipal nº3.466 de 20.05.2014, somente poderão participar deste certame as empresas enquadradas como Micro Empresa e/ou Empresas de Pequeno Porte, do ramo de atividade pertinente ao objeto da Carta Convite, que atendam as exigências do Edital.

Esta licitação é do tipo menor preço Global

01 - LOCAL DE ENTREGA DAS PROPOSTAS.....: Setor de Licitações



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RUA DONA CARLINDA, 455 – CEP 95680.000

02 - LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO LICITADO: Município de Canela

03 - PRAZO DE ENTREGA DAS PROPOSTAS.....: 23/08/18

04 - PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO LICITADO: Mensal

05 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: 10 dias do mês subsequente, após apresentação de Nota Fiscal e validado pelo Fiscalizador do Contrato e Coordenação Técnica.

06 - VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias

07 - DA ABERTURA, DIA, HORA E LOCAL:

07.01 - Os envelopes deverão ser entregues no dia, hora e local estipulados. Caso o licitante não puder se fazer presente, poderá apresentar os envelopes no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Canela.

08 - DAS CONDIÇÕES DO EDITAL:

08.01 - O licitante que pretender obter esclarecimentos acerca do Edital e suas exigências deverá solicitar por escrito ou por E-mail, enviando ao Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura de Canela, dentro do prazo compreendido entre a publicação do presente e até 02 (dois) dias úteis anteriores a data de apresentação das propostas. As respostas serão oferecidas por escrito pela Comissão de Licitações que poderá valer-se de parecer jurídico para tal, encaminhando-as para todos os licitantes.

08.02 - Eventuais impugnações dos termos deste edital deverão ser procedidas de acordo com o elencado no artigo 41, da Lei Federal nº8.666/93.

09 - DA REPRESENTAÇÃO LEGAL:

09.01 - As empresas licitantes poderão se fazer representar por meio de um procurador, procuração com firma reconhecida, dando os poderes necessários a intervir nas fases do procedimento da licitação, desde que o documento que o identifique como tal seja apresentado no ato de abertura dos envelopes. Não será admitida a representação de mais de uma empresa licitante por um mesmo procurador. Em sendo sócio proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

10 - DAS CONDIÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:

10.01 - Os licitantes deverão apresentar, no local e hora marcados, 02 (dois) envelopes lacrados e indevassáveis denominados, respectivamente de Número 01 - Documentação de Habilitação e Número 02 - Proposta Financeira, juntamente com a identificação do número da licitação, modalidade, nome do proponente e descrição DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA.

10.2 - No envelope N.º 01 - Documentação de Habilitação, deverão constar em tal envelope os documentos relacionados, apresentados em original ou fotocópia autenticada. Os documentos extraídos por via eletrônica, poderão sofrer consulta por parte da Comissão de Licitações, para verificação de autenticidade:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RUA DONA CARLINDA, 455 – CEP 95680.000

10.2.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 10.2.1.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 10.2.1.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 10.2.1.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 10.2.1.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.2.2 - REGULARIDADE FISCAL / ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 10.2.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- 10.2.2.2 - Prova de Regularidade para com a Fazenda FEDERAL (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), através de tributos federais do domicílio ou sede do Licitante ou outra equivalente, na forma da Lei;
- 10.2.2.3 - Prova de regularidade para com a fazenda ESTADUAL, abrangendo todos os tributos administrados pelo Estado, através de Certidão de Tributos Estaduais relativa ao domicílio ou sede da Licitante;
- 10.2.2.4 - Prova de regularidade para com a fazenda MUNICIPAL, abrangendo todos os tributos administrados pelo Município, através de certidão de tributos municipais, relativo ao domicílio ou sede da licitante;
- 10.2.2.5 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado emitido pela Caixa Econômica Federal;
- 10.2.2.6 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, no que se refere às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, inclusive às inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS;
- 10.2.2.7 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. (CNDT);
- 10.2.2.8 - Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida a menos de 30 (trinta) dias pelo distribuidor da sede da Pessoa Jurídica;
- 10.2.2.9 - As certidões descritas nos itens "10.2.2.2" e "10.2.2.6" do item 10.2.2 poderão ser substituídas pela Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria -Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive os créditos tributários relativos as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991.

10.2.3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 10.2.3.1 - Registro ou inscrição na entidade profissional competente;
- 10.2.3.2 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação/relação das instalações e do aparelhamento e pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizara pelos trabalhos;
- 10.2.3.3 - Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RUA DONA CARLINDA, 455 – CEP 95680.000

condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

10.2.3.4 - A comprovação de aptidão referida no subitem 10.1.3.2, no caso das licitações pertinentes a serviços, será feita por **atestado** fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente **registrados nas entidades profissionais competentes**. (01 atestado compatível com os serviços, objeto da licitação).

10.2.3.5 - Capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante, de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, através de certidão, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes;

10.2.3.6 - Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional de que trata o subitem 10.1.3.4.1 deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada previamente pela Administração

10.2.3.7 - As microempresas e as empresas de pequeno porte, se desejarem fazer uso dos benefícios da Lei Complementar nº123/06, deverão informar sua condição de ME ou EPP, apresentando declaração de enquadramento e ou documento que comprove tal condição

10.2.3.8 - Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte não proceda da forma estabelecida no item anterior, interpretar-se-á como renúncia tácita aos benefícios da Lei Complementar nº123/2006.

10.2.3.9 - Declaração assinada por Diretor ou representante legal da empresa, identificada com número da Carteira de Identidade e CPF, em papel timbrado, sem rasuras, entrelinhas ou emendas, constando número do CNPJ da empresa, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº8.666/93 acrescido pela lei nº 9.854/99, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, ressalvando ainda que, se emprega menor a partir de quatorze anos, e na condição de aprendiz, conforme Decreto Federal nº4358, de 05 de setembro de 2002;

10.2.3.10 - A empresa que apresentar o Certificado de Registro de Cadastro da Prefeitura Municipal rigorosamente atualizado fica dispensada da apresentação dos documentos constantes nos itens 10.2.1 e 10.2.2.

10.3 - PROPOSTA FINANCEIRA

10.3.1 - Do Envelope n.º 2 - Proposta Financeira - A empresa devesse apresentar na proposta, a proposta financeira contendo o valor, com a descrição dos serviços, de acordo com o objeto, sendo a proposta devidamente assinada pelo proprietário ou representante legal.

11 - DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO:

11.1 - No local, dia e hora previstos no presente Edital, a Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria n.º779/2018, receberá os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta financeira, os quais serão abertos perante os licitantes presentes, sendo que a Proposta Financeira - Envelope nº 2, será



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RUA DONA CARLINDA, 455 – CEP 95680.000

aberta após o julgamento da fase de habilitação. Nenhum envelope será recebido após o Presidente da Comissão de Licitações declarar encerrado o prazo para entrega dos documentos. Todas as decisões e deliberações da Comissão de Licitações serão baseadas na Lei Federal n.º 8.666/93 e Lei Complementar n.º 123/06.

11.2 - O julgamento das propostas será realizado em função do MENOR PREÇO GLOBAL, classificando-se em primeiro lugar aquela que estiver de acordo como as especificações do Edital e ofertar o menor preço.

11.3 - Será considerado excessivo, acarretando a desclassificação da proposta, a empresa que apresentar preço superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), anual.

12 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1 - O descumprimento das obrigações e demais condições do Edital sujeitara os licitantes as sanções previstas nos artigos 86, 87 e 88, da Lei Federal Nº8.666/93.

12.2 - A interposição de recurso obedecera as disposições do artigo 109, da Lei Federal n.º8.666/93 e devera ser apresentado junto ao Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura de Canela.

12.3 - O objeto do presente Edital devera ser executado rigorosamente dentro das especificações estabelecidas, sendo que a não observância dessa condição implicara recusa, com a aplicação das penalidades contratuais, previstas na Lei Federal n.º8.666/93, independente de qualquer aviso ou notificação, inclusive quanto ao disposto no artigo 18 do Código de Defesa do Consumidor.

12.4 - A participação nesta licitação implicara aceitação integral e irrevogável das normas do Edital, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso.

12.5 - O Foro para solucionar os litígios decorrentes deste Edital e o da Comarca de Canela.

Canela, RS,

Constantino Orsolin
Prefeito Municipal